



# WRM BOLETIM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais



número 135 - Outubro 2008

## NOSSA OPINIÃO

- 16 de outubro: Dia Mundial da Soberania Alimentar

## SOBERANIA ALIMENTAR vs. AGROCOMBUSTÍVEIS

- Via Campesina: Soberania alimentar como alternativa dos povos para o agronegócio destruidor
- Colômbia: dendezeiro "maquiado de verde" aumenta ameaça à soberania alimentar e aos direitos humanos
- Por que a certificação de agrocombustíveis não funciona

## COMUNIDADES E FLORESTAS

- Gana: a Newmont Mining Corporation ameaça Floresta de Ajenjua Bepo e comunidades vizinhas
- Índia: a Polícia e o Departamento Florestal atacam mulheres que lutam por suas terras
- México: massacre contra indígenas e camponeses que resguardavam seus territórios

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Brasil: pescadores afetados pela Aracruz Celulose fecham porto privado da empresa
- Indonésia: impactos da fábrica de pasta de celulose sobre a saúde da população local
- Malásia: crianças indonésias e trabalhadores migrantes escravizados em plantações de dendezeiros

## NOSSA OPINIÃO

### - 16 de outubro: Dia Mundial da Soberania Alimentar

O modelo de desenvolvimento econômico promovido desde os centros de poder já tem mostrado às claras que leva ao desastre social e ambiental, tanto no nível local quanto no global. A mudança climática é o exemplo mais claro no tocante ao ambiente, enquanto a crescente escassez de alimentos que sofrem milhões de pessoas assim o demonstra no nível social.

As políticas globais não só não fazem nada para resolver os problemas como também os agravam. Não por ignorância, senão por desígnio. O resultado é a apropriação de mais e mais recursos por parte de empresas transnacionais cada vez maiores e mais poderosas. A semente, a água, o solo, a biodiversidade passam a ser propriedade dessas empresas e as populações locais são despojadas dos recursos que garantem seu sustento. Alguns exemplos nesse sentido são os seguintes:

- A agricultura familiar- produtora de uma ampla variedade de alimentos- é destruída para dar lugar à produção industrial de um único produto, geralmente não destinado à alimentação humana e sim à exportação.
- Enormes áreas de terras agrícolas e pecuárias são destinadas à produção de madeira para celulose (eucaliptos, pinheiros) ou de agrocombustíveis (milho, dendê, cana-de-açúcar, jatrofa).
- Os manguezais- fonte de vida para milhares de moradores locais- são destruídos para dar lugar à produção industrial de camarões para exportação.
- A extração comercial de madeira não só afeta a disponibilidade de alimentos e outros recursos dos quais dependem as populações locais, como também é a arma para a substituição da floresta por monoculturas para exportação (soja, dendzeiros, seringueiras).
- A exploração petroleira e mineradora poluem a água, o ar e os recursos dos quais se alimentam as populações locais (pescaria, caça, coleta).
- As grandes represas hidrelétricas expulsam populações inteiras e destroem os recursos alimentícios dos quais dependem milhares de pessoas que habitam na área afetada.

Nada disso é por acaso e as decisões são tomadas com plena consciência dos impactos que acarretam. Sob o manto do discurso do "desenvolvimento sustentável" é levada adiante a destruição da natureza em grande escala e de todos os recursos que até então garantiam a soberania alimentar das populações locais.

O divórcio entre as necessidades das grandes maiorias e as políticas globais é cada vez mais profundo. Enquanto os povos clamam por alimentos suficientes em quantidade e adequados em qualidade, os governos abrem as portas para investimentos estrangeiros que aprofundam o processo de apropriação e destruição dos recursos. Como resultado, a população de países ricos em recursos naturais é despojada de seus recursos, torna-se cada vez mais pobre e passa a sofrer fome e desnutrição.

Para completar, até os problemas mais graves- como por exemplo a mudança climática- são percebidos desde o poder econômico como "oportunidades de negócios" e são tratados como tais. É assim como foi desenvolvido um cientificamente absurdo mas economicamente muito rentável "mercado de carbono", em que destruidoras monoculturas de árvores são publicitadas como positivos "sumidouros de carbono", onde é negociada em dólares a conservação ou destruição de florestas, onde são promovidos os

duramente questionados agrocombustíveis como a tábua de salvação da humanidade, onde se torna possível o que é impossível: que a queima de petróleo possa ser "compensada" e que as pessoas e empresas possam tornar-se "neutras em carbono" através de um simples pagamento em dinheiro a hábeis empresários do mercado de carbono.

Em face de todo esse panorama são muitas as lutas que se levantam à procura de alternativas reais para enfrentar a crescente catástrofe social e ambiental que as grandes empresas impuseram à humanidade. Muitas delas vêm se unificando sob a bandeira da soberania alimentar, que apela à sensatez de destinar as terras a satisfazer as necessidades alimentares das pessoas, que promove a agricultura familiar e cooperativa como a base da produção de alimentos, que impulsiona um comércio focado no que é local, que propõe a conservação dos recursos através de práticas agrícolas, pecuárias e florestais adequadas. Que apela, em suma, à justiça social baseada em um uso responsável da natureza.

Neste dia 16 de outubro fazemos então um apelo conjunto a tod@s para que esta data sirva para unificar ainda mais lutas para defender e promover a Soberania Alimentar dos povos.

## A Via Campesina - Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

[início](#)

---

### SOBERANIA ALIMENTAR vs. AGROCOMBUSTÍVEIS

#### - Via Campesina: Soberania alimentar como alternativa dos povos para o agronegócio destruidor

A Via Campesina é um movimento internacional e inter-cultural que coordena diferentes organizações nacionais e regionais de pequen@s agricultor@s, campones@s, trabalhador@s rurais sem terra, trabalhador@s agrícolas, povos indígenas, pescador@s, imigrantes e pessoas que trabalham em atividades artesanais.

Este movimento autônomo, multi-cultural, multi-étnico e pluralista trabalha principalmente para atingir mudanças na produção agrícola, nos hábitos de consumo, no papel das mulheres, educação, saúde, meio ambiente, etc. Os temas centrais de La Via Campesina têm sido enriquecidos através da visão cósmica dos povos indígenas, que preserva a mãe terra contra os desastres naturais, o aquecimento global e a crise ecológica provocada pelo capitalismo contínuo e desenfreado.

A organização tem estado promovendo o conceito de soberania alimentar até o ponto que faz parte agora da discussão geral sobre políticas agrícolas e alimentares. A soberania alimentar é o direito das pessoas e dos governos de escolher a forma na que os alimentos são produzidos e consumidos para respeitar nossos meios de vida, bem como as políticas que apoiam essa escolha.

No entanto, a agricultura e a produção de alimentos estão atualmente dominadas por corporações transnacionais cujo padrão de produção industrial procura a integração vertical completa e a dominação e controle completos sobre os alimentos e a agricultura, da semente até o prato para obter grandes lucros. Isso explora trabalhadores, concentra poder econômico e político e destrói comunidades rurais.

A soberania alimentar exige que os alimentos não sejam comercializados como uma simples mercadoria para obter vantagens econômicas e políticas e também que a base da produção de alimentos –a biodiversidade, a terra e a água- não sejam destruídos, degradados, usados ou apropriados à custa de outras pessoas ou outras nações. Uma reforma agrária genuína deveria garantir a todos o direito de trabalhar na terra e democratizar sua propriedade, priorizando as formas de agricultura familiar, social e cooperativa.

Em virtude do presente drama do aquecimento global, estão promovendo-se soluções falsas, como os agrocombustíveis produzidos com as monoculturas –incluindo as plantações de árvores- que socavam a soberania alimentar.

Na realidade, a agricultura industrial é um promotor principal do aquecimento global e da mudança climática através do transporte de alimentos no mundo inteiro, impondo formas industriais de produção (mecanização, intensificação, uso de agroquímicos, monoculturas ...), destruindo a biodiversidade e sua capacidade de capturar carbono, convertendo terras e florestas em áreas não

agrícolas, transformando a agricultura de produtora de energia em consumidora de energia.

O "pacote" dos agrocombustíveis está embrulhado no modelo do agronegócio imposto pelas corporações transnacionais que visualizam esta como mais outra oportunidade de aumentar seus lucros e controle, enquanto ao mesmo tempo destroem os meios de vida dos camponeses.

O insumo básico necessário para produzir agrocombustíveis em grande escala é a existência de três fatores em abundância: terra, água e sol. Portanto, as corporações se dirigiram imediatamente ao hemisfério sul, especialmente àqueles países perto dos trópicos e àqueles que têm abundantes terras. Em muitos países esta expansão da área cultivada pelos agrocombustíveis tem invadido áreas dedicadas a alimentos e também para gado leiteiro. A possibilidade de ganhar muito dinheiro tem tentado os capitais estrangeiros para comprar terras e expandir monoculturas em grande escala nos países do Sul, incluindo os "desertos verdes" de eucaliptos e pinus no Brasil, no Uruguai, no Equador, no Chile, na África do Sul, na Suazilândia, na Tailândia e outros, as plantações de dendezeiros na Colômbia, Camarões, Camboja, Indonésia, Malásia, Papua Nova Guiné, etc., trazendo assim uma grande concentração de propriedade e um processo de desnacionalização de propriedade da terra.

Com relação ao meio ambiente, a forma de produção de monoculturas baseada em agrotóxicos afetará seriamente o meio ambiente, destruirá a biodiversidade existente, afetará as chuvas e também ajudará ao aquecimento climático. A "primeira geração" de agrocombustíveis baseada nas diferentes formas do açúcar de cultivos ou a "segunda geração" baseada na celulose da madeira – incluindo as árvores geneticamente modificadas que apresentam um risco adicional para o meio ambiente- aumentam o controle das corporações e destroem a biodiversidade existente, contribuindo com o desequilíbrio e o aquecimento global.

Além de trazer maiores problemas ambientais para os países produtores, a produção industrial de agrocombustíveis reviverá sistemas coloniais de plantação, trazendo de volta o trabalho escravo e aumentará seriamente o uso de agroquímicos, bem como contribuirá com o desmatamento e a destruição da biodiversidade. A produção intensiva de agrocombustíveis não é uma solução ao aquecimento global, nem resolverá a crise global no setor agrícola. Os impactos se sentirão de novo mais seriamente em países em desenvolvimento, já que os países industrializados não serão capazes de cobrir sua demanda de agrocombustíveis e precisarão importar grandes volumes do Sul.

Via Campesina acha que as soluções para a atual crise devem emergir de atores sociais organizados que são modos de produção em desenvolvimento, comércio e consumo baseado em justiça, solidariedade e comunidades saudáveis. Nenhum ajuste tecnológico solucionará o atual desastre ambiental e social global.

Um conjunto de soluções legítimas deveria incluir:

\* Agricultura sustentável em pequena escala, que requer muita mão de obra e pouco uso de energia, pode realmente contribuir para deter e reverter os efeitos da mudança climática;

\* Uma verdadeira reforma agrária, que fortaleça a agricultura em pequena escala, promova a produção de alimentos como o uso primário da terra, e considere os alimentos como direitos humanos básicos que não deveriam ser tratados como uma mercadoria.

\* Produção local de alimentos, que deterá seu transporte desnecessário e garantirá que o que chega a nossa mesa é seguro, fresco e nutritivo.

\* Uma mudança nos padrões de consumo e produção que promovem resíduos e consumo desnecessário por uma minoria da humanidade enquanto centenas de milhões ainda sofrem fome e privação.

Portanto, a Via Campesina exige:

\* O desmantelamento completo das companhias do agronegócio: estão roubando a terra dos pequenos produtores, produzindo comidas prontas de baixo valor nutritivo e criando desastres ambientais.

\* A substituição da agricultura industrializada e a produção de animais por agricultura sustentável em pequena escala apoiada por programas genuínos de reforma agrária.

\* A proibição de todas as formas de tecnologias, como por exemplo manipulação genética, que colocam em perigo os recursos naturais.

\* A promoção de políticas energéticas sensatas e sustentáveis. Isso inclui consumir menos energia e energia descentralizada em vez de promover a produção de agrocombustíveis em grande escala, como acontece atualmente.

\* A implementação de políticas agrícolas e comerciais em nível local, nacional e internacional que apoiem a agricultura sustentável e o consumo de alimentos locais. Isso inclui a proibição dos tipos de subsídios que levam ao despejo de alimentos baratos nos mercados.

Artigo produzido pelo WRM com base em documentos da Via Campesina

[início](#)

## **- Colômbia: dendezeiro “maquiado de verde” aumenta ameaça à soberania alimentar e aos direitos humanos**

Parece uma bofetada. A agroindústria do dendezeiro tem escolhido justamente o dia 16 de outubro, Dia Mundial da Soberania Alimentar e o país da América Latina mais atingido pelo dendezeiro –a Colômbia- para celebrar a Primeira Reunião Latino-americana da “Mesa Redonda para Azeite de Dendê Sustentável” (RSPO).

Trata-se de uma tentativa dos grupos cultivadores de dendezeiros –agora em auge pela possibilidade de destinar seu produto à produção de agrocombustível- de adquirir a certificação da Mesa. Procuram uma “maquiagem verde” que lhes permita evadir a publicidade negativa que os agrocombustíveis têm recebido com relação à crise alimentar e por sua colheita de dor e sangue com as terríveis violações aos direitos humanos das comunidades colombianas.

A categórica rejeição das organizações sociais e ambientais colombianas ([http://www.wrm.org.uy/temas/Agrocombustibles/Declaracion\\_Colombia\\_RSPO.pdf](http://www.wrm.org.uy/temas/Agrocombustibles/Declaracion_Colombia_RSPO.pdf)) às tentativas de expansão das monoculturas de dendezeiros denuncia que, longe de dar solução à crise climática, o que elas provocam é “que as terras já não se dedicarão a produzir alimentos e portanto criarão uma maior dependência alimentar dos povos a respeito das grandes multinacionais. Vastas extensões de terra se ocupam com plantações das que provirão os agrocombustíveis; florestas tropicais são desmatadas para plantar milhares de hectares com dendezeiros, cana de açúcar e outros cultivos.” “Em não poucos casos as plantações de dendezeiros se expandem sobre os territórios de comunidades deslocadas” à custa de repressão, morte e miséria.

Mas não é unicamente na Colômbia onde existem provas dos sérios impactos das monoculturas de dendezeiros. Indonésia, Malásia, Papua Nova Guiné, Camarões, Uganda, Costa do Marfim, Camboja, Tailândia, Equador e outros podem dar testemunho do que elas trazem: a violação do direito à alimentação e à soberania alimentar, violações aos direitos humanos, apropriação ilegal de territórios, desmatamento de florestas tropicais, aumento da mudança climática, a ameaça que supõem para milhões de indígenas os conflitos pela posse de terra, o aumento do uso de agrotóxicos, por mencionar apenas alguns impactos, referidos em uma declaração internacional promovida pela “Red de Alternativas a la Impunidad y a la Globalización del Mercado” (Rede de Alternativas à Impunidade e à Globalização do Mercado) contra a Mesa Redonda para Azeite de Dendê Sustentável ([http://www.wrm.org.uy/temas/Agrocombustibles/Declaracion\\_Internacional\\_RSPO.html](http://www.wrm.org.uy/temas/Agrocombustibles/Declaracion_Internacional_RSPO.html)) e em apoio às organizações colombianas. A declaração internacional surgiu a partir do Encontro Território e Vida celebrado em Udine, Itália, em setembro deste ano, onde se trabalhou ao redor de diferentes temáticas com o denominador comum da imposição de modelos de sociedade e economia que destroem os povos, afetam profundamente o ambiente, transformam os territórios de vida em territórios de morte, de tortura, de negação dos direitos e de transformação do ser em mercadoria. As monoculturas de dendezeiros foram denunciadas como uma das expressões desse saqueio dos interesses comerciais que explora os ecossistemas e recursos naturais para alimentar o consumo e o bem-estar social de uma porção muito pequena da humanidade –basicamente no Norte- e privam uma porção importante da humanidade das condições mínimas de sobrevivência. Convida-se a aderir à declaração enviando uma mensagem com o nome e o país da organização para [unsustainablepalmoil@gmail.com](mailto:unsustainablepalmoil@gmail.com).

A Mesa Redonda para Azeite de Dendê Sustentável “é um instrumento de expansão do negócio do dendezeiro e não uma estratégia autêntica para conter seus impactos ambientais e sociais. Muitas das empresas membros da RSPO continuam destruindo grandes áreas de floresta úmida e violando direitos humanos, como é o caso da Wilmar International na Ilha de Bugala (Uganda), a PT SMART, o Agro Group e o IOI Group na Indonésia, a FEDEPALMA na Colômbia, a Unilever na Indonésia, Malásia e Costa do Marfim”, denuncia a declaração. Silenciam-se “os sérios crimes, as irregularidades e o controle paramilitar relacionados com o agronegócio do dendezeiro”.

Basicamente um argumento de peso para rejeitar a Mesa Redonda para Azeite de Dendê Sustentável é que os princípios e critérios que a RSPO propõe para definição de sustentabilidade incluem as plantações em grande escala; a monocultura do dendezeiro, "como todas as monoculturas industriais, NÃO É nem pode ser NUNCA sustentável".

Precisa-se uma mudança, uma mudança radical na forma "de produzir, transformar, comercializar e consumir produtos agrários e pecuários", para o que é preciso, entre outras coisas: deter a produção industrial de alimentos que está contribuindo com a mudança climática e a destruição das pequenas comunidades rurais; acabar com a privatização dos recursos naturais; dismantlar as empresas de agronegócios, a especulação financeira com as matérias primas e as políticas econômicas e comerciais responsáveis da crise (e emergência) alimentar; substituir a agricultura industrializada pela agricultura camponesa e familiar sustentável, apoiada por verdadeiros programas de reforma agrária, consumir menos energia e produzir localmente energia solar e eólica e biogás em lugar de promover os agrocombustíveis em grande escala; implementar políticas de agricultura e comércio em nível local, nacional e internacional que apoiem a agricultura camponesa sustentável e o consumo de alimentos locais e ecológicos, o que inclui a abolição total das subvenções que levam à concorrência desleal através dos alimentos subsidiados.

Por sua vez, as organizações colombianas exigem "A cessação da expansão das plantações de dendezeiros e o processamento de matérias primas para agrocombustíveis em terras de comunidades locais, que se destinam para o fornecimento de mercados e consumos não sustentáveis, à custa de sacrificar nosso patrimônio e territórios". Pedem, por sua vez "Uma política rural que permita que as comunidades locais permaneçam em seus territórios e se fortaleçam suas formas tradicionais de produção e soberania alimentar". Para isso é preciso "O reconhecimento e respeito pelos direitos das comunidades locais sobre seus territórios e patrimônio, bem como pela reparação das vítimas do modelo agroindustrial do dendezeiro no país".

**No momento de publicação deste boletim recebemos a triste notícia de mais uma vítima: em 14 de outubro, um líder comunitário da área de Curvarado, WALBERTO HOYOS RIVAS, foi morto a tiros pelos paramilitares que servem aos interesses da agroindústria que invade as terras comunitárias para a expansão das plantações de dendezeiros na área**

Por Raquel Nuñez, WRM, email: [raquelnu@wrm.org.uy](mailto:raquelnu@wrm.org.uy). Artigo baseado nas declarações

[início](#)

---

### **- Por que a certificação de agrocombustíveis não funciona**

Os argumentos em favor da certificação freqüentemente expõem que uma empresa que quer vender seus produtos como produzidos de forma sustentável deve ter uma forma de provar isso. Um consumidor que quer comprar produtos não prejudiciais do ponto de vista social e ambiental precisa de um selo que permita confiar nesses produtos. Quando o problema é assim contextualizado, a certificação parece ser a resposta óbvia. Mas a certificação de produtos madeireiros providencia três lições que são importantes ao se considerar se a certificação de agrocombustíveis poderia ajudar a impedir os piores excessos de uma indústria destrutiva.

Em primeiro lugar, o sistema de certificação deve ser confiável. Os padrões devem ser claros e devem ser interpretados consistentemente por certificadores externos. Para evitar um conflito de interesses na avaliação, não deve haver nenhuma relação comercial entre o certificador e a empresa que está sendo certificada. No setor madeireiro, nenhum sistema de certificação atingiu esses requisitos básicos.

Os produtos devem ser rastreados desde onde são produzidos até onde são vendidos. Os problemas para desenvolver um rigoroso controle da cadeia de custódia para os produtos madeireiros foram apontados em um relatório de 2007 da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento. Parte do problema, adverte a OECD, é que "A madeira é processada em diferentes produtos e provém de diferentes espécies, origens e proprietários." As plantas papeleiras, por exemplo, podem obter suas lascas de madeira de um amplo leque de fontes (de processos de redução de volume de milhares de diferentes operações florestais, resíduos de uma gama de serrarias e de programas de reciclagem). A fim de favorecer a indústria, em 2004, o Conselho de Manejo Florestal (FSC) emendou sua certificação da cadeia de custódia. O novo selo "de fontes mistas" permite que o logo do FSC apareça em produtos que contêm apenas 10 por cento de material certificado pelo FSC.

Um selo que garante que apenas uma pequena porcentagem do produto provém de fontes bem-manejadas, que não indica a

porcentagem que está efetivamente certificada e que depende de companhias para confirmar que o restante não provém de monoculturas destrutivas ou de florestas desmatadas é culpável de enganar os consumidores.

A segunda lição é que inclusive se fosse desenvolvido um sistema de certificação perfeito (o que não ocorreu até agora), não há nada que impeça que a indústria arranje- monte um programa de certificação próprio bem menos rigoroso. FSC, PEFC, CSA, SFI, AFS, MTCC, LEI, CERFLOR, Certfor- como essa sopa de letras mostra, é justamente o que tem acontecido com a certificação dos produtos madeireiros. As ONGs que passaram os últimos quinze anos tentando compreender os prós e contras dos vários programas podem dizer a diferença. Os consumidores não podem.

Em terceiro lugar, ao tempo que um programa de certificação voluntário pode recompensar as empresas que satisfazem seus padrões com a obtenção de um "selo verde", a certificação não faz nada para impedir que as piores empresas continuem com suas operações destrutivas. Na teoria, se um consumidor só compra agrocombustível confiavelmente certificado como proveniente de operações bem-manejadas esse consumidor irá evitar a compra de produtos que provêm de vastas plantações de monoculturas embebidas de substâncias químicas. Mas a compra de agrocombustível certificado não impede a destruição, porque um consumidor que compre produtos certificados não faz nada para impedir que outros comprem produtos não-certificados.

Não há nenhuma evidência de alguma dessas lições da certificação de produtos madeireiros ter sido aplicada na certificação de agrocombustíveis. A Mesa-Redonda sobre os Combustíveis Sustentáveis, promovida pela Ecole Polytechnique Federale de Lausanne na Suíça, está redigindo os "padrões de sustentabilidade para agrocombustíveis sustentáveis" e atualmente está convidando a enviar comentários sobre a "Versão Zero" de seu anteprojeto. Na Junta Diretiva está Heiko Liedeker, que foi diretor do FSC de 2001 a 2008. Liedeker ignorou sistematicamente os relatórios do WRM e de outras ONGs em que explicavam como a certificação FSC das plantações industriais de árvores estava minando as lutas locais. Outros membros da Junta Diretiva são representantes de empresas petrolíferas como Cameron Rennie da BP, Júlio César Pinho da Petrobras e Paloma Berenguer da Shell.

Envolver-se em uma discussão sobre o conteúdo dos princípios e critérios para a certificação dos agrocombustíveis parece ser uma coisa importante a ser feita. Se o padrão é brando demais isso permitirá a certificação de quase qualquer plantação para agrocombustíveis. Mas envolver-se em escrever os padrões é não captar a essência. Os padrões não irão fazer nada para evitar os abusos das piores empresas de plantações para agrocombustíveis. A Mesa-redonda sobre Agrocombustíveis Sustentáveis irá providenciar um caminho para a Europa e a América do Norte alegar que suas demandas por agrocombustíveis são de certo modo sustentáveis. Não é mais que um disfarce verde que permite que tudo continue na mesma.

As discussões sobre "agrocombustíveis sustentáveis" nos distraem de trabalhar com o intuito de encontrar formas genuínas de reduzirmos as emissões de carbono tais como exigir uma legislação rigorosa sobre eficiência energética e investimentos dos governos em melhores padrões de construção, transporte público, redes elétricas de corrente direta de alta voltagem e energia solar e eólica.

Tentar persuadir os consumidores a comprar "agrocombustíveis sustentáveis" pode ser um pequeno primeiro passo em direção a passos maiores, que conseqüentemente conduzirão a uma mudança real. Mas a realidade é que a certificação de agrocombustíveis contribui para a maquiagem verde de uma indústria muito destrutiva e impede o desenvolvimento de mudanças estruturais que são urgentemente necessárias.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

---

## COMUNIDADES E FLORESTAS

### - Gana: a Newmont Mining Corporation ameaça Floresta de Ajenjua Bepo e comunidades vizinhas

A corporação americana Newmont Mining, uma das maiores empresas produtoras de ouro do mundo, planeja a instalação de uma mina de ouro a céu aberto na Reserva Florestal de Ajenjua Bepo no distrito de Birim Norte na região Leste de Gana.

A organização Não ao Ouro Sujo informa que a mina planejada irá ocupar uma área de 2,6 km de comprimento por 0,8 km de largura,

e irá criar uma acumulação de resíduos de 60-100 m de altura. A mina irá destruir uma área estimada de 74 há de floresta na reserva.

A mineração é uma atividade de curto prazo com efeitos no longo prazo, e quando ocorre em áreas florestais é um fator de destruição e degradação da floresta desde a fase de prospecção- com a abertura de caminhos de acesso, o estabelecimento de vilas mineiras e instalações adicionais, e a execução de trabalhos geofísicos- até a fase de exploração, que resulta em importante eliminação de vegetação que não só afeta o habitat de centenas de espécies como também a manutenção de um fluxo constante de água desde as florestas para outros ecossistemas e os centros urbanos.

É gerado um despejo, que se auto-perpetua, de material ácido tóxico que pode perdurar durante centenas ou até milhares de anos. Além disso, as finas partículas de metais pesados que, com o tempo, se separam dos resíduos espalham-se pelo vento, depositando-se no solo e nos leitos dos cursos d'água, e integrando-se lentamente aos tecidos de organismos vivos como os peixes.

A água é afetada de múltiplas formas: pela erosão e sedimentação decorrentes da escavação, da drenagem de ácido que a contamina, da destruição florestal que perturba os padrões de chuva.

A ameaçada floresta de Ajenjua Bepo tem importância crucial para várias comunidades vizinhas que temem que o projeto provoque deslocamentos ou destrua as lavouras das quais dependem. De acordo com a organização Não ao Ouro Sujo, os grupos comunitários da área, "inclusive a Associação de Agricultores Preocupados de New Abriem, tem protestado contra os planos de mineração da Newmont e a inadequada compensação que a corporação oferece por destruir suas terras e seu sustento. Eles juntaram acima de 200 assinaturas para encaminhar uma petição ao governo ganense. 'Estamos passando noites em branco pensando no trauma do deslocamento, da perda de terras agrícolas e meios de vida, das novas doenças especialmente no surto de casos de malária em decorrência das valas e outras poças de água estagnada nas valas que serão escavadas na área por parte Newmont Ghana Gold Limited,' disse Akosua Nsia do povoado de Yayaaso, uma das comunidades da área diretamente afetada pela mina (1).

O apoio internacional provém de mais de 6000 assinaturas de mais de 50 países no mundo todo que "exortam o governo de Gana a opor-se a conceder licenças a toda companhia mineradora que visar desenvolver a mineração na polêmica Floresta de Ajenjua Bepo ou em outras florestas do país." (2)

Os signatários denunciam que a autorização da mineração na floresta de Ajenjua Bepo irá deslocar mais de um milhão de pessoas de seus lares e, no mínimo, 8.000 pessoas irão perder suas terras. "As informações disponíveis sobre os impactos prováveis da mina indicam que os impactos sobre a biodiversidade, cobertura florestal, qualidade da água e as comunidades irão ser extremamente sérios. Acima da quarta parte da floresta na reserva irá ser destruída junto com o habitat para muitas espécies ameaçadas e vulneráveis, e os resíduos e substâncias químicas tóxicas irão ameaçar as fontes de água. Milhares de pessoas e importantes locais culturais irão ser deslocados."

O projeto de mineração chega em um momento em que foi apresentado um panorama nefasto dos impactos da mineração no país por parte da Comissão dos Direitos Humanos e Justiça Administrativa (CHRAJ) de Gana em um relatório que evidencia as "violações generalizadas dos direitos humanos dos integrantes das comunidades e dos direitos coletivos das comunidades", e "a poluição generalizada das fontes de água das comunidades, a privação e a perda dos meios de vida." (3)

(1) Akyem Proposed Mine, Ghana, No Dirty Gold, <http://www.nodirtygold.org/ghanaakyem.cfm>

(2) Gana: 6,000 Signatures against Mining Concession, por Selorm Amevor, Public Agenda, [http://www.ghanaweb.com/public\\_agenda/article.php?ID=11743](http://www.ghanaweb.com/public_agenda/article.php?ID=11743)

(3) The State of Human Rights in Mining Communities in Ghana, <http://www.nodirtygold.org/HumanRightsInGhanaMiningCommunities.pdf>

[início](#)

## - Índia: a Polícia e o Departamento Florestal atacam mulheres que lutam por suas terras

Em mais um incidente, as mulheres tribais e dalit da aldeia de Harna Kachar, distrito de Sonbhadra de Uttar Pradesh, tiveram que

suportar a maior parte das atrocidades perpetradas pela Polícia e o Departamento Florestal.

Um grupo de mais de 300 pessoas que incluía funcionários da Polícia, do Departamento Florestal, do fisco e seções dominantes da aldeia participaram no ataque no que mais de 20 mulheres foram feridas. Elas foram espancadas sem piedade com cacetes, suas propriedades –roupas, utensílios, grãos, bicicletas, gado, etc.- foram saqueadas e aproximadamente 100 de suas cabanas foram incendiadas. Essa atrocidade foi infringida a mulheres tribais e dalit depois da implementação da lei de direitos florestais de 2006.

Apenas no prazo de um mês este é mais um incidente de choque de castas instigado pelo Departamento Florestal e a Polícia, para que os membros tribais não sejam capazes de formar sua organização e lutar por seus direitos perdidos à terra. Em agosto de 2008, mais de 300 cabanas de membros tribais e dalit foram destruídos totalmente sendo incendiadas por um grupo de uma casta particular conhecido como Yadavs com a instigação do Departamento Florestal e a Polícia. Adotaram-se fortes ações pelo Magistrado do Distrito e os instigadores Yadavs foram punidos de acordo com a Lei de Castas e Tribos Registradas. A Polícia e o Departamento Florestal estavam desesperados para vingar-se de sua derrota.

O choque com as mulheres tem acontecido desde que a Polícia e o Departamento Florestal desenvolveram pressão sobre as mulheres para despejar membros tribais dos 150 acres de terras ocupados que os membros tribais alegavam que lhes pertenciam. Em um desses choques, um policial agarrou o saree (vestido feminino indiano) de uma das mulheres. Um jornal informou que as mulheres se tinham zangado e usaram seus sarees como armas, protestando quase nuas, abrindo seus sarees e atirando-os para a força policial que teve que fugir. Mas em 24 de setembro de 2008, a Polícia veio preparada –com apenas duas mulheres policiais como presença simbólica- e começaram a perpetrar abusos e a espancar as mulheres. As mulheres já tinham afastado os homens e adotaram uma posição frontal para enfrentar a força policial. A Polícia e o Departamento Florestal começaram a incendiar suas cabanas e depois atacaram e despiram as mulheres.

A luta pela terra de florestas tem acontecido nesta área desde os últimos anos quando os povos tribais e dalit e outras seções pobres sob a liderança de mulheres estão afirmando seus direitos e exigindo o retorno de suas terras que tem sido apossadas pelo Departamento Florestal depois da sua independência. A luta se intensificou ainda mais depois da aprovação da Lei de Direitos Florestais de 2006 e no ano passado, um grande movimento foi lançado para região onde milhares de acres de terra estão na posse de povos tribais. Isso tem criado um grande debate sobre o assunto da reforma agrária nesta região, onde especialmente a casta superior, as seções dominantes de terratenentes, senhores feudais, industriais, máfias de terras e lobbies de mineração se sentiram ameaçados. Eles estão usando todas as medidas para sabotar esse movimento.

A disputa pelas terras nesta área é famosa em nível nacional. Todos os comitês formados para solucionar as disputas têm listado em detalhe de que forma a terra tribal foi roubada nesta área. Estes relatórios também mencionaram a forma na que as terras tribais foram transferidas às pessoas externas que ainda as possuem. Depois disso, várias comissões também têm denunciado a causa raiz da evolução das atividades maoístas em disputas por terras e não implementação de devida reforma agrária e apropriação de terras por terratenentes, senhores feudais, e seções da casta superior da sociedade. No entanto, o movimento relativo à terra tem causado uma grande agitação nesta região.

O movimento espontâneo lançado pelos pobres desta área se tem transformado em um desafio para a autoridade da administração, especialmente a Polícia e o Departamento Florestal que querem que as atividades maoístas continuem, já que é fácil para elas esmagar o movimento com o pretexto de um problema de ordem pública, e também porque há muitos fundos para a eliminação dos maoístas. Esse movimento tem reduzido as atividades maoístas e a administração agora deve enfrentar o assunto desconfortável de ter que abordar, contra sua vontade, os problemas com a terra e a florestas.

As mulheres que foram gravemente espancadas no incidente são:

1. Manmati devi mulher de Bhutan Kharwar
2. Tejmani devi mulher de Mukund Chero
3. Tejmani devi mulher de Rakesh Urao
4. Jaso devi mulher de Bigan Urao
5. Biswa devi mulher de Jokhu Panika
6. Bachia devi mulher de Rangilal Gond
7. Fulmatia devi mulher de Lachuman Urao

8. Indri devi mulher de Birbal Gond
9. Kalpatia devi mulher de Narayan Dusadh
10. Kalawati devi mulher de Phulchand Urao
11. Phulkumari devi mulher de Naresh Biyar
12. Bhukli devi mulher de Ramkishun
13. Vidhyawati devi mulher de Devchand
14. Asha devi filha de Lakku (criança de 10 meses)

Os funcionários que estiveram envolvidos neste ataque:

1. Funcionário da Estação, Vindhamganj, Sheshdhar Pandey
2. Baleshwar Yadav, Inspetor Florestal, Vindhamganj
3. Chandrika Prasad, Inspetor Florestal, Vindhamganj
4. Jhagro Ram, Guarda Florestal, Vindhamganj
5. Santosh Kumar Tripathi, Guarda Florestal, Vindhamganj
6. Ashapati Ram, Guarda Florestal, Vindhamganj
7. Ramesh Kumar Gupta, Guarda Florestal, Vindhamganj
8. Premnath, Observador da batida, Vindhamganj
9. Subedar Bhargav, Mali, Vindhamganj
10. Jadunath Yadav, Pradhan Pati, Harna Kachar
11. Ashok Yadav filho de Basdev Yadav
12. Vivek filho de Bal Mukund
13. Keshwar filho de Prayag
14. Manmati mulher de Ramgati Gond.

Temos exigido que:

1. Seja estabelecido um alto nível de investigação judicial sobre este assunto, de acordo com as garantias feitas pelo Magistrado de Distrito, o Sr. Ajay Shukla.
2. Todos os funcionários envolvidos no incidente sejam punidos e suspensos.
3. Os aldeões que instigaram esta violência de castas também sejam detidos e que sejam implicados casos da Lei de Castas e Tribos Registradas, violação aos direitos humanos e violência com as mulheres.
4. A lei de direitos florestais de 2006 seja implementada com o correto espírito.
5. Seja implementado um diálogo de alto nível para resolver o assunto da disputa de terras na região de Kaimur.

Por Roma, NFFPFW (Kaimur) / Human Rights Law Centre, e-mail: [romasnb@gmail.com/](mailto:romasnb@gmail.com/)

[início](#)

---

### **- México: massacre contra indígenas e camponeses que resguardavam seus territórios**

A organização Maderas del Pueblo del Sureste, A.C. informa em um comunicado emitido recentemente, que no passado dia 3 de outubro se realizou, de forma totalmente arqueira, brutal e violadora dos mais elementares direitos humanos, individuais e coletivos, uma operação policial de caráter federal e estadual, contra a população indígena e camponesa tojolabal da comunidade Miguel Hidalgo, Município de Trinitaria, Chiapas. A referida comunidade mantinha sob sua administração, desde o dia 7 de setembro deste ano, a área arqueológica e cerimonial maia de Chinkultic.

Esta operação foi realizada por centenas de agentes da Polícia Ministerial, Agência Federal de Investigação (AFI) e Polícia Estadual Preventiva (PEP) que ingressaram à aldeia em veículos, a cavalo e a pé. Na aldeia acharam a resistência de homens, mulheres e meninas/meninos, perante a qual as forças repressoras reagiram com sanha, de acordo com os jornalistas presentes "espancando indiscriminadamente crianças, mulheres e idosos, dando-lhe o tiro de morte a três feridos graves e assassinado um condutor que os trasladava para um hospital em Comitán".

A ação repressiva exercida contra a comunidade de Miguel Hidalgo se complementou com outra, desenvolvida horas antes, contra grupos indígenas tojolabales das comunidades de Santa Rita, Ojo de Agua, Nuevo Porvenir, Venustiano Carranza, Antela, San Nicolás, Tierra Blanca e Nueva Rosita, as que também desde o início de setembro passado tinham tomado pacificamente o acesso ao Parque Nacional Lagunas de Montebello, controlado e administrado até a época pela Comissão Nacional de Áreas Naturais Protegidas (CONANP).

O saldo desses atos de força desmedida contra civis foi de pelo menos seis mortos e duas dezenas de feridos, além de mais de cinquenta pessoas detidas.

Com essa repressão, o Estado mexicano (governos federal e estadual) tem violentado flagrantemente homens, mulheres e meninas e meninos e não apenas seus direitos humanos relativos à integridade e à vida consagrados tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto na Convenção Interamericana de Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Políticos e Civis têm sido atacados, mas também seus direitos como indígenas, a respeito do território, e a recuperar, resguardar e administrar seu patrimônio natural e cultural ancestral, tal como o reconhece a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas (artigo 11) e a Convenção 169 da OIT (artigo 14) como foi apontado já pelo Centro de Direitos Humanos Frei Bartolomé de las Casas e a Comissão Nacional de Observação pelos Direitos Humanos.

Essa brutal operação repressiva e essa massacre constituem um fato repudiável e se impõe a justa exigência de justiça e castigo exemplar não apenas dos autores materiais, mas também e principalmente aos autores intelectuais que deram as ordens desde o mais alto nível.

No entanto, isso não é mais do que uma amostra do tipo e magnitude dos interesses que estão por trás da ambição de apossar-se de forma privatizada e com fins de lucro multinacional, dos territórios indígenas e camponeses de Chiapas e do Sueste do país, ricos em recursos naturais de caráter estratégico (biodiversidade, recursos genéticos; água doce não poluída e caudais potencialmente produtores de hidroeletricidade; vento –como energia eólica-; e cobertura florestal que captura carbono) bem como possuidores de inigualáveis belezas cênicas e Centros cerimoniais sagrados –não “ruínas”- e arqueológicos.

Só que neste caso a sanha evidenciada em Chinkultic pela operação oficial parecesse um sinal de que foi executado como uma punição exemplar cujo fim seria o de debilitar e desmorrar possíveis resistências e novas tentativas indígenas que –sem importar sua afiliação política: zapatistas, perredistas ou priistas/panistas- pretendam defender, recuperar, resguardar e administrar autonomamente seu patrimônio cultural e natural para, desta forma, garantir ao investimento privado multinacional (leia-se, entre muitas outras: Monsanto; Sanofi Aventis; Glaxo; Ford Motors Co.; Iberdrola; Repsol; Femsac-Cocacola; Grupo Carso; hoteleiras Meliá; Riu e Barceló) a “tranquilidade social e política” que vêm exigindo sem dúvidas cada vez com maior impaciência.

É por isso que neste caso, como em outros casos semelhantes em Chiapas e no resto do país, o que está em jogo não são unicamente os direitos, territórios e recursos naturais dos Povos Indígenas e comunidades em luta e resistência, mas os direitos do Povo mexicano no conjunto e a própria soberania de nossa Nação.

Artigo baseado em informação obtida de: Comunicado de Maderas del Pueblo del Sureste, A.C., e-mail: [m\\_a\\_zules@hotmail.com](mailto:m_a_zules@hotmail.com), [www.maderasdelpueblo.org.mx](http://www.maderasdelpueblo.org.mx), enviado por Miguel Angel Garcia Aguirre.

[início](#)

---

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

### - Brasil: pescadores afetados pela Aracruz Celulose fecham porto privado da empresa

Uma fábrica de celulose altera profundamente a micro-região onde é instalada e gera uma série de problemas que afetam principalmente as populações tradicionais.

A Aracruz Celulose S.A. (ARCEL) construiu a unidade Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, no lugar onde antes se erigia a

aldeia indígena Macacos. A construção dessa planta de celulose atraiu uma grande quantidade de trabalhadores de outras regiões e estados, o que acarretou muitos transtornos ao bairro vizinho chamado Barra do Riacho, que basicamente era um local de pescadores e está localizado a um quilômetro da fábrica. Esse bairro passou abruptamente de 900 a 10.000 habitantes. Até hoje, Barra do Riacho sofre as conseqüências: altas taxas de desemprego, prostituição infantil e tráfico de drogas.

Acrescenta-se a isso que para garantir a quantidade de água suficiente para abastecer o consumo exorbitante que necessita a fábrica para a produção de celulose- uma demanda equivalente ao consumo de água de uma cidade com mais de 2 milhões de habitantes-, a ARCEL fechou a saída para o mar do rio Riacho e o desviou, além de outros quatro rios da região- o que provocou seu assoreamento.

Isso prejudicou enormemente os pescadores da Barra do Riacho e Barra do Sahy, que vêm reclamando reiteradamente junto à ARCEL que atenda suas reivindicações legítimas, insistentemente ignoradas pela empresa.

Finalmente, no dia 10 de outubro de 2008, mais de 100 pescadores da Associação de Pescadores da Barra do Riacho e Barra do Sahy fecharam durante todo o dia o acesso por terra ao porto Portocel, o porto privado da ARCEL, impedindo a entrada de celulose destinada à exportação.

Os pescadores apresentaram uma lista extensa de reivindicações à empresa e à prefeitura do município de Aracruz. Entre elas, a principal é "a abertura imediata das quatro comportas construídas (por ARCEL) no rio (Riacho) para aumentar o seu volume de água, pois o fechamento vem diminuindo a quantidade de água, causando o assoreamento do rio e o fechamento da boca da barra".

O fechamento da boca da barra deixa as famílias pescadoras em situação desesperadora porque impede a saída de seus barcos para o alto mar (e o retorno), dificultando cada vez mais a subsistência das pessoas que dependem da pesca. Por outro lado, os navios carregados com celulose para produzir papéis descartáveis na Europa, Estados Unidos e Ásia não deixaram de sair do porto Portocel.

Os pescadores exigiram a presença do prefeito da cidade, Ademar Devens, que compareceu ao local e ao ver a situação da boca da barra resolveu levar as reivindicações dos pescadores à empresa. A empresa informou aos pescadores que estava disposta a abrir as quatro comportas no rio Riacho desde que a maré baixasse, supondo que isso facilitaria o processo de abertura da boca da barra.

Com a promessa da abertura das comportas, os pescadores resolveram retirar-se até o resultado de uma próxima reunião com a prefeitura e a empresa, em que será avaliada a situação e serão discutidas outras reivindicações. Em função disso, decidirão se realizam novas ações. Já estão cansados de promessas e medidas que não resolvem o problema.

Resulta irônico que a empresa tenha pedido aos pescadores "compreensão" pelas dificuldades que vem enfrentando: falta de água na fábrica por uma seca prolongada na região--situação agravada pelas plantações de eucalipto da própria empresa- e uma "situação financeira difícil" pela alta do dólar- apesar de ser de conhecimento público que a ARCEL realizou operações financeiras de caráter especulativo que resultaram em perdas milionárias.

E a compreensão com os pescadores e a situação de angústia que sofrem por não poder pescar e satisfazer suas necessidades básicas?

Artigo baseado em informações obtidas de: "Pescadores fecham porto de exportação da Aracruz Celulose", Winnie Overbeek, Rede Alerta contra o Deserto Verde, enviado pelo autor, correio eletrônico: [woverbeek@terra.com.br](mailto:woverbeek@terra.com.br); "Promesas de empleo y destrucción del trabajo. El caso Aracruz Celulose en Brasil", Alacir De'Nadai, Winfridus Overbeek, Luiz Alberto Soares, 2005, <http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/faseESP.pdf>

[início](#)

---

## **- Indonésia: impactos da fábrica de pasta de celulose sobre a saúde da população local**

Transcorreram 63 anos desde que Soekarno e Hatta proclamaram a independência da República Indonésia em 17 de agosto de 1945. Cada agosto, especialmente no dia 17, os indonésios do arquipélago todo celebram o aniversário de sua nação.

Lamentavelmente para as pessoas de Siantar Utara, na Municipalidade de Toba Samosir, região de Siruar, em Sumatra Norte, será impossível realizar essa celebração. Quase todas as aproximadamente 300 famílias aqui sofrem de uma doença na pele que causa coceira e dor. Supõe-se que essa doença na pele é causada pelos resíduos da fábrica de pasta de celulose Perseroan Terbatas Toba Pulp Lestari (PT TPL).

Apenas recentemente as pessoas de Siruar puderam dialogar com a PT TPL; vieram com suas crianças que sofrem de doença na pele supurante no corpo inteiro, especialmente nos quadris.

Com lágrimas nos olhos, o Rev. Sumurung Samosir e sua mulher Indira Simbolon testemunharam a dor dessas irmãs e irmãos de Siruar. Dimpos Manalu, um trabalhador social, bem como um jovem intelectual aqui em Sumatra Norte que está comprometido e trabalha junto com marginais na região estava profundamente triste. Os três não puderam dizer nada perante o sofrimento dessas pessoas. Há bebês com nódulos supurantes na cabeça; uma mulher de média idade disse que todas as mulheres em Siruar têm dolorosos eczemas mas têm vergonha demais para mostrá-los. Repentinamente em resposta a essa declaração outra mulher apareceu dizendo que seu marido também sofre a doença pruriginosa na pele, principalmente em seu quadril e genitais.

Indira Simbolon pode tirar uma fotografia de uma mulher que estava sofrendo muito com a doença na pele dolorosa e pruriginosa no corpo inteiro: ela tem nódulos em suas coxas, quadril, traseiro, ventre, peito e costas. Muitos homens disseram que eles também tinham nódulos dolorosos e pruriginosos em seus quadris e genitais.

Foi um fato irônico realmente que há apenas alguns dias o Ministro do Meio Ambiente tenha outorgado um prêmio ecológico à PT TPL o que significa que a companhia tem estado sendo manejada de forma ambientalmente correta.

O representante da PT TPL Leo Hutabarat disse que a doença da pele pruriginosa das pessoas de Siruar não tem qualquer relação com a companhia. Não é estranho que a PT TPL não tinha trazido um médico para ajudar as pessoas de Siruar? Não significa isso que admitiram o que tentaram negar? Desde o começo, a PT TPL não tem sido consistente. Em cada diálogo com muitas pessoas envolvidas eles têm falado educadamente mas na prática são arrogantes. Eles mantêm distância com as pessoas. Alguns jornalistas e eu pudemos perceber isso: estávamos perto do banco do rio onde os resíduos da companhia são despejados. Um empregado da PT TPL nos acompanhou e nos disse quão inconsistente tem sido a companhia. Eles despejam seus resíduos cedo na manhã, frequentemente quando está chovendo. Eles conseguem fazer as coisas bem quando sabem que virão visitantes –especialmente de Jakarta. Faziam o melhor que podiam para que o cheiro causado pela PT TPL não fosse tão desagradável. Eles trazem médicos somente quando as pessoas estão zangadas com a situação insuportável, especialmente pelos impactos sobre a saúde.

A água do rio onde a PT TPL despeja seus resíduos é marrom por sujeira enquanto em outras partes relativamente longes da companhia parece limpa. O pessoal da PT TPL que veio falar conosco disse: "Muitos peixes perto da PT TPL podem morrer repentinamente". "Eu tenho sido granjeiro durante muito tempo" disse outra pessoa de Siruar, "mas nunca tinha visto que as bananeiras morressem antes de produzir frutos". Ele apontou para uma bananeira que estava quase morrendo: "Olhem essas bananeiras. Suas folhas estão murchas apesar de serem jovens ainda."

As pessoas não têm poder, e quem se importa com isso? Aqueles que trabalham na repartição de saúde também são funcionários civis e não denunciam o que está acontecendo com os impactos da PT TPL sobre a condição sanitária das pessoas. Como podem guardar silêncio?

Os grandes lucros da PT TPL têm sido obtidos às expensas das pessoas.

Deveriam implementar-se algumas ações concretas importantes para abordar este problema: o governo deveria formar uma equipe independente para pesquisar a doença da pele das pessoas de Siruar enquanto a PT TPL deveria reconhecer que o processamento de seus resíduos não está de acordo com uma conduta ambiental apropriada; talvez a PT TPL deveria deter suas operações. O sofrimento das pessoas de Siruar é uma tragédia humana na que devemos focalizar nossa atenção e tomar medidas; todos nós que estamos de seu lado deveríamos tomar medidas e apoiá-las.

Por Gurgur Manurung, Especialista ambiental, estudante de doutorado na Jogjakarta National University, UNJ. E-mail: [gurgurmanurung@yahoo.com](mailto:gurgurmanurung@yahoo.com) (Este artigo tem sido traduzido do indonésio para o inglês por Limantina Sihalo).

---

## - Malásia: crianças indonésias e trabalhadores migrantes escravizados em plantações de dendezeiros

As companhias dos dendezeiros estão obtendo fortunas na Malásia, principalmente com a atual corrida dos agrocombustíveis. Mas nenhuma parte delas vai para aqueles que põem seu corpo e alma para fazer com que o dinheiro seja extraído das plantações de dendezeiros (ver Boletim do WRM Nº 134). Os trabalhadores migrantes da Indonésia parecem estar entre aqueles que obtêm a pior parte.

Pelo menos 103 plantações de dendezeiros em Sabah empregam aproximadamente 200.000 migrantes legais bem como 134.000 trabalhadores ilegais da Indonésia. Um artigo de Erwilda Maulia, publicado no The Jakarta Post em 17 de setembro de 2008 denuncia "práticas escravizadoras" nas plantações de dendezeiros em Sabah, Malásia. A Comissão Nacional para a Proteção da Criança revelou que milhares de trabalhadores migrantes indonésios e seus filhos têm sido "sistematicamente escravizados".

A denúncia veio de um grupo de professores locais indonésios que informaram "um suposto caso de exploração de crianças, bem como vários casos de assédio físico e sexual de crianças de empregados migrantes indonésios". Eles também disseram que "as crianças de 6 até 18 anos têm que trabalhar durante horas coletando sacas de sementes de dendezeiros espalhadas no solo, em troca de um pagamento mínimo. As crianças são geralmente forçadas a trabalhar por seus próprios pais ou por gerentes das plantações, acrescentou ele."

Arist Merdeka Sirait, membro de uma equipe constatações de fatos enviado às plantações em Sabah disse: "Eles são colocados em barracos isoladas sem acesso a transporte, fazendo com que seja impossível que deixem as plantações. Também não tem acesso a água limpa, iluminação e outros serviços."

O artigo informou que ele disse que aproximadamente 72.000 crianças de trabalhadores migrantes indonésios nas plantações de Sabah foram forçadas a trabalhar sem horas de emprego reguladas, o que significa que eram forçadas a trabalhar o dia inteiro. Não lhes outorgavam certidões de nascimento nem qualquer outro tipo de documentos de identidade, efetivamente negando seu direito à educação formal, entre outros direitos.

"Nos chamamos isso de 'trabalho escravo por dívida' (uma forma de pagar uma dívida através de trabalho direto em vez de com moeda ou bens), e esse é um tipo moderno de escravidão" acrescentou Arist. De acordo com ele o "trabalho escravo por dívida" é comum em todas as plantações e as autoridades da Malásia permitem deliberadamente que essas condições persistam.

É muito conveniente para as cobiçosas corporações ter uma forma de manter trabalhadores ilegais e escravizando as crianças dos trabalhadores migrantes eles garantem mão de obra barata futura, como acontece com seus pais. Para piorar a situação, os trabalhadores ilegais são geralmente extorquidos por funcionários de segurança malaios que controlam seus documentos, denunciou Arist.

O amargo fruto das plantações de dendezeiros parece virar ainda mais ácido para os trabalhadores.

Artigo baseado em informação de: "RI workers, children 'enslaved' in Malaysia, commission says", Erwilda Maulia, The Jakarta Post, 09/17/2008, <http://www.thejakartapost.com/news/2008/09/17/ri-workers-children-039enslaved039-malaysia-commission-says.html>

**Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**  
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês

Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais  
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay  
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)

<http://www.wrm.org.uy>





